

Nacional Incêndios em Portugal

Incêndios Estado quer ser acionista maioritário da rede de emergência, por “conversão de dívida”, mas poderá ter de pagar em dinheiro

Entrada na SIRESP pode custar cinco milhões

Eduardo Cabrita, novo ministro da Administração Interna, revelou que Estado quer deter 54% da SIRESP



ANDRÉ ESTRELA/JL

Rosa Ramos
rosa.ramos@jn.pt

▶ O Estado pode ter de vir a desembolsar cerca de cinco milhões de euros se quiser o controlo da SIRESP, a empresa que opera a rede de comunicações de emergência. E em dinheiro, porque a hipótese de “conversão de créditos” anunciada pelo Governo não é, neste momento, uma solução possível, segundo o gestor judicial da Galilei, uma das empresas em insolvência que detém a SIRESP e cuja participação o Estado quer “comprar”.

O novo ministro da Administração Interna confirmou ontem que o Governo “vai assumir a maioria do capital” da SIRESP, avaliado em abril pela Ernst & Young, em 9,7 milhões de euros. O ministro do Planeamento e das Infraestruturas já tinha anunciado, no Conselho de Ministros extraordinário de sábado, a intenção do Governo, explicando que o negócio será feito pela “conversão de créditos” de duas empresas acionistas da SIRESP que estão insolventes. Trata-se da Galilei (ex-Sociedade Lusa de Negócios, que detém 33%) e da Datacomp (que pertence a

Galilei e detém 9,55%), cujo principal credor é a Parvalorem, uma empresa pública. Mas esta operação pode não ser linear.

O administrador de insolvência da Galilei, Francisco Duarte, adiantou ao JN que a compra terá ainda de passar pelo crivo da comissão de credores, constituída pela Parvalorem, o Novo Banco, o BCP, um representante dos trabalhadores e a multinacional ABB. A comissão já chumbou, aliás, uma proposta de um investidor estrangeiro, a Green Services Innova-

tions, que este ano ofereceu 2,5 milhões pela participação da Galilei na SIRESP. “A comissão considerou o valor baixo”, recorda Francisco Duarte.

O administrador de insolvência sublinha ainda que trocar dívida pela participação do Estado não é “neste momento viável”, uma vez que a Parvalorem, apesar de maior credora (com cerca de 90% de dívida a haver), não é “um credor garantido”. “Há outros credores e ainda não há uma lista de graduação dos créditos”, explica.

A ser assim, e para se tornar acionista maioritário da SIRESP, como ontem referiu Eduardo Cabrita, o Estado terá de apresentar uma proposta escrita, “como qualquer outro interessado” à comissão de credores, que a avaliará.

Estado quer 54% do capital

O ministro da Administração Interna revelou que o Governo pretende ficar com 54% do capital da empresa. Tratar-se-á dos 42,5% da Galilei e da Datacomp e de 11% da Esegur, outra acionista da SIRESP, participada pelo Novo Banco e pela Caixa Geral de Depósitos. O JN tentou confirmar junto do gabinete de Eduardo Cabrita se os 11% serão conseguidos via Esegur, mas não recebeu uma resposta até ao fecho desta edição.

Com maior ou menor rapidez, é sempre possível ao Estado ficar com parte da SIRESP. A advogada Fátima Pereira Mouta, especialista em Direito de insolvências, refere que a Parvalorem pode, “como credora, apresentar uma proposta de plano de insolvência e, nessa proposta, incluir um debt-equity-swap (conversão de créditos em participações sociais)”. ●

saber mais :

Rede “obsoleta”

● A Comissão Técnica Independente nomeada pelo Parlamento para apurar o que correu mal no incêndio de Pedrógão Grande, onde se verificaram falhas prolongadas na rede de telecomunicações, concluiu, no seu relatório final, que o SIRESP está “baseado em tecnologia ultrapassada” e “obsoleta”. Os especialistas mostraram ainda “dúvidas relativas à solidez da rede”.

Colapso agravou tragédia

● Outro relatório sobre Pedrógão Grande, encomendado pelo Governo a um grupo de especialistas liderado por Domingos Xavier Viegas, concluiu que o incêndio foi “um fenómeno extraordinário”, mas que as dificuldades relacionadas com o SIRESP, com várias estações-base colapsadas, “agravaram” as consequências do fogo.

Sistema “frágil”

● A ex-ministra da Administração Interna admitiu, em agosto, que o SIRESP é um sistema com “fragilidades”, ao nível da resiliência e da redundância. Foram criados grupos de trabalho para melhorar estas duas componentes.

Falhas desde 2010

● Como o JN adiantou em agosto, as falhas no SIRESP não são de agora. Mais de uma dezena de relatórios de desempenho da rede mostram que, desde 2010, as comunicações falharam quase sempre em incêndios e outras catástrofes. Um exemplo: em fevereiro de 2014, quando a tempestade “Stephanie” fustigou vários distritos, 13% de toda a rede esteve em baixo. Este verão, o Governo pôs a SIRESP em tribunal para acionar multas.

Parvalorem com milhões

● O Orçamento do Estado para 2018 inclui um total de 641 milhões de euros para as sociedades veiculares do antigo BPN, como a Parvalorem, credora da Galilei, acionista da SIRESP.

Governo reforça meios para prevenir novos incêndios

● O dispositivo de combate aos incêndios foi reforçado com mais 17 meios aéreos até final de outubro por causa do risco de incêndio. Nos próximos dias, e segundo anunciou o Ministério da Administração Interna (MAI), haverá também um aumento de meios de combate, de 660 elementos e 132 viaturas, e um reforço do patrulhamento por parte das Forças Armadas, com 86 equipas de patrulha em todos os distritos do território continental, em articulação com a GNR e a PSP. A decisão foi tomada com base nas previsões do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), que apontam para a subida das temperaturas nos próximos dias. Um fonte do Governo adiantou ontem à Lusa que o primeiro-ministro, António Costa, deu instruções, na quinta-feira passada, para que houvesse reforço das medidas de prevenção, sobretudo nas zonas de risco de incêndio.